

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT11.020

POR UMA ANÁLISE NAS TEMÁTICAS AFRO-INDÍGENAS: LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS

PATRÍCIA DA SILVA SOUZA

Mestranda em Pós-Graduação em Formação de Professores; Graduada em Pedagogia-UPEB. E-mail: pipa-tricia278@gmail.com;

EWERTON RAFAEL RAIMUNDO GOMES

Mestrando em Pós-Graduação em Formação de Professores; Graduado em História da Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: ewertonrafael08@gmail.com;

MARGARETH MARIA DE MELO

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: margarethmelo@yahoo.com.br;

PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO

Doutora em Educação. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Professora do Programa de Pós -Graduação em Formação de Professores e do Programa de Pós -Graduação em Serviço Social. E-mail: patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br;

RESUMO

O livro didático de história durante muito tempo no contexto da educação brasileira apresentou e representou de forma colonizadora o lugar dos povos afro-indígenas. Este tipo de visão, coibiu e contribuiu para que a história e cultura dos povos africanos e indígenas fossem estudados de maneira depreciativa, discriminatória, subalternizada. Este artigo, busca refletir sobre o lugar destes povos e suas culturas no livro didático de história, observando como a partir das Leis 10.639/2003 completou 20 anos e 15 anos da 11.645/2008, neste ano de 2023, estas culturas são enfatizadas. Após a legislação, quais perspectivas e representações foram construídas em relação à temática afro-indígena. O livro didático de História é percebido na sala de aula enquanto uma linguagem pedagógica que possibilita o diálogo nos processos de ensino-aprendizagem no cotidiano escolar, como importante no que se diz respeito às temáticas afro-indígenas e como podem ser debatidas em sala de aula. Para tanto, analisaremos a coleção "A CONQUISTA", da Editora FTD -Programa Nacional do Livro Didático 2023- 2026 adotados pela Secretaria de Educação do município de Campina Grande-PB, perpassados

pela análise documental e nos estudos de Bittencourt (2004), Munanga (2006), Silva (2014), Hall (2006), dentre outros, voltados para uma perspectiva decolonial e antirracista. Portanto, o livro didático enquanto um instrumento que permite que os saberes sejam debatidos e compreendidos no contexto das aulas de história, torna-se um importante recurso para que os saberes e as culturas afro-indígenas estejam presentes cada vez mais nas discussões em sala de aula. Ao trabalhar as culturas afroindígenas no livro didático numa perspectiva crítica e reflexiva, notabilizando os aspectos pluriétnico e multicultural que a sociedade brasileira é alicerçada torna-se possível educar as novas gerações de crianças, adolescentes e jovens sobre os conhecimentos desses povos e culturas que ficaram silenciados na educação brasileira.

Palavras-chave: Livro didático, Ensino de História, Culturas afro-indígenas.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar os livros de História do Ensino Fundamental I e como os povos afro-indígenas estão sendo inseridos e debatidos, destacando a importância das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 dando ênfase a como estas foram e são de grande valia para o fim da representação dos povos afro-brasileiros e indígenas sob a ótica colonizadora na educação brasileira, que por muito tempo foram representados nas discussões dos livros didáticos de História de formas discriminatórias, estereotipadas e inferiorizadas.

Assim, temos como ponto de partida pensar em como os livros didáticos de História surge enquanto material didático dentro de sala de aula e principalmente, como os povos afro-indígenas são inseridos e discutidos dentro destes livros didáticos após as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Portanto, ao trazermos as análises dos livros da coleção "A CONQUISTA", dos quais o autor é o Alfredo Boulos, da Editora FTD -Programa Nacional do Livro Didático 2023-2026 adotados pela Secretaria de Educação do município de Campina Grande-PB, estes se mostram valorosos em que ao mesmo tempo ao trazermos os debates sobre os povos afro-indígenas, discutimos sobre como os livros didáticos de História podem ser percebidos na sala de aula enquanto uma linguagem pedagógica que possibilita o diálogo nos processos de ensino-aprendizagem no cotidiano escolar, neste caso, como estes podem ser ferramentas que viabilizam um olhar e debate crítico sobre os povos indígenas e afro-brasileiros dentro da escola.

Para tanto, neste trabalho entendemos que para os livros didáticos de História abordem os povos indígenas e afro-brasileiros em seus protagonismos sociais, políticos e culturais dentro de sala de aula nos dias atuais, muita luta e resistência advindas principalmente dos movimentos negro e indígena, ocorreu para que políticas públicas como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 fossem promulgadas em nosso país e como a partir destas leis estas ferramentas didáticas representam os povos afro-indígenas atualmente e como os livros didáticos de História enquanto ferramenta didática que propicia estes debates para a sala de aula de forma reflexiva e crítica.

Enquanto aporte teórico, partimos dos estudos de Bittencourt (2004), Munanga (2006), Silva (2014), Hall (2006), dentre outros, para pensar os livros didáticos de História, as questões educacionais voltadas as representações dos povos afro-brasileiros e indígenas em uma perspectiva decolonial e antirracista.

Neste sentido ao trabalhar as culturas afro-brasileiras e indígenas nos livros didáticos numa perspectiva crítica e reflexiva, entendemos os aspectos pluriétnico e multicultural que a sociedade brasileira é alicerçada, no âmbito que torna-se possível educar as novas gerações de crianças, adolescentes e jovens sobre os conhecimentos desses povos e culturas que ficaram silenciados na educação brasileira.

METODOLOGIA

Metodologicamente este trabalho se enquadra enquanto uma pesquisa bibliográfica documental, onde a partir das leituras feitas, analisaremos como os povos indígenas e afro-brasileiros estão sendo representados nos livros didáticos de História nas séries iniciais, principalmente com o advento das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e como a legislação e principalmente as lutas dos movimentos sociais são valiosas para a ruptura com os pensamentos coloniais e colonizadores na Educação brasileira, neste caso, precisamente nestas ferramentas pedagógicas, onde discutimos os livros didáticos enquanto ferramentas e linguagens pedagógicas que possibilitam diálogos críticos e reflexivos dentro de sala de aula nos processos de ensino-aprendizagem.

Portanto, em nosso percurso, entendemos que os livros didáticos nos auxiliam de grande forma em nossas práticas educativas, pois ao mesmo tempo que estes surgem enquanto materiais didáticos com grande poder discursivo em sala de aula também muitas vezes é um dos únicos materiais usados no cotidiano escolar, até por falta de recursos. Assim, entendemos que estas ferramentas pedagógicas surgem enquanto alicerces que nos ajudam aos segmentos dos processos de ensino e aprendizagem no dia-a-dia escolar.

Por fim, faremos uma análise dos livros didáticos de História da coleção "A CONQUISTA" do Alfredo Boulos, da Editora FTD -Programa Nacional do Livro Didático 2023-2026, que está sendo utilizado na rede municipal de Campina-Grande-PB nas séries iniciais do Ensino Fundamental onde destacaremos como os povos afro-indígenas estão sendo representados nestas ferramentas pedagógicas, seja a partir dos discursos escritos e iconográficos perceberemos como as populações indígenas e afro-brasileiras estão inseridas nestes livros didáticos de História dos anos iniciais do Fundamental I.

REFERENCIAL TEÓRICO

(...) A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. **Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos.** (Adichie, 2019, 27-28. grifo nosso).

O “perigo de uma história única”, tem sido vivenciado por todo contexto histórico de formação brasileira, o “poder” de tornar como a única história verdadeira ou história definitiva, ao longo dos anos em todas esferas da sociedade, criou-se um Estado brasileiro racista. O livro didático que insere uma história com ótica e uma perspectiva decolonial de ensino apresenta a ruptura do silenciamento dentro das ambiências escolares do país que por dezenas de anos estudava-se uma “história única” os “heróis europeus”, abre caminhos e possibilidades de conhecer nossa ancestralidade, que tem a essência na cultura oral, sendo agora, vivenciado em narrativa, para que não se perca com o tempo.

As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tornaram obrigatórias a presença das temáticas afro-indígenas no currículo escolar da educação básica como também no ensino superior, com objetivo de promover uma educação que prevaleça os estudos da cultura e história dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros no âmbito escolar, no favorecimento do resgate valorativo das contribuições no processo construtivo em todos os contextos da sociedade nacional.

Denotamos que estas implementações surgem das lutas dos povos negros e indígenas, assim, através destas resistências culturais e políticas na sociedade brasileira consolidou-se a implementação da lei 10.639/2003, que se uniu a lei 11.645/2008, em prol dos mesmos ideais em comum, uma luta por educação uma sociedade pluriétnica e multicultural, fortalecendo o âmbito educacional de ensino, buscando uma saída para as ideologias e pensamentos coloniais advindos da modernidades eurocêntrica e capitalista, como reflete Lima, (2022, p.249), “[...] o racismo brasileiro e as relações patriarcais atual de forma imbricada fomentados no capitalismo dependente”, denotamos assim que o racismo no Brasil está enraizado desde a modernidade colonial e colonizadora, advindas de um modelo econômico baseado no capital e exploração tanto de mão de obra como de matérias primas.

Com décadas de lutas do Movimento Negro desencadeou a aprovação da Lei 10.639/2003, que visa reconhecimento, reparação e valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, que foi por muito tempo negado, o que se pode

dizer o mesmo sobre os movimentos sociais indígenas e suas lutas para a implementação da Lei 11.645/2008. Contudo, como identidade é construída com o tempo, de maneira inconsciente e consciente desde a mais tenra idade, ela é construída pelas vivências ou influências que a sociedade passa para a criança no decorrer de sua vida. Nesse sentido, (HALL, 2006, p16) defende:

A noção de sujeito sociológico refletia crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior de sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação “ com outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos- a cultura- dos mundos que ele/ela habitava. G.H Mead, C.H. Cooley e os interacionistas simbólicos são as figuras –chave na sociologia que elaboraram esta concepção “interativa” da identidade do eu. De acordo com essa visão, que se tornou a visão sociológica clássica da questão, a identidade formada na “interação” entre o eu a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado no diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esse mundo oferece.

Assim um ambiente escolar antirracista possibilita práticas de respeito às diferenças de maneira positiva, e percebemos que é na series iniciais do ensino fundamental, que inicia uma prática sólida e alicerçada de autoestima, valorização e reconhecimento da história e cultura do povo negro no nosso país e os livros didáticos no que se refere as questões educativas e a sala de aula, em muito pode contribuir enquanto ferramenta didática para a quebra de estereótipos e preconceitos, bem para com a luta antirracista.

Como dialoga Silva (2014, p.7). “O livro didático enquanto construção social de discursos e imagens históricas carrega consigo uma gama de representações acerca das populações indígenas”. Percebemos então que o livro didático de História dos anos iniciais surge como um aliado para pensar as relações socioculturais dos povos indígenas e afro-brasileiros em sala de aula, tendo em vista que o debate em torno dos povos originários, africanos e afro-brasileiros ainda nos é apresentado com alguns estereótipos e preconceitos, advindos de um histórico enraizado do discurso eurocêntrico que vem a trazer a invisibilização dos povos indígenas. No entanto, o livro didático como é uma ferramenta em sala de aula pode ser trabalhado no propósito de desconstrução de estereótipos.

Uma das questões principais em torno dos livros didáticos é o que se refere a sua escolha, que por muitas vezes acaba sendo dos professores, segundo o

Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, onde muitos professores acabam inserindo o livro didático como recurso central das relações de aprendizagem, ao invés de percebê-lo enquanto um recurso complementar escolar. Então, nas seleções dos livros didáticos de História, devemos perceber a construção do livro didático e as linguagens empregadas em seus discursos. Como afirma (BITTENCOURT, 2004, p. 314)

Na elaboração do livro didático, cujos limites são evidentes, é preciso dar atenção aos conteúdos expressos. A escrita de um texto didático requer cuidados, por se tratar de uma produção de adultos destinada a um público de outra faixa etária e de outra geração. A terminologia empregada não pode ser complexa, mas requer precisão nas informações e nos conceitos. Da mesma forma, as explicações não podem ser extensas, devendo ser simples sem simplificar.

O livro didático, ao ser escolhido pelo professores, deve ser analisado os discursos que o mesmo está imbuído, seja nos discursos verbais e não verbais, escritos ou ilustrativos, onde sua escrita deve estar de forma onde os alunos e alunas possam entender, de forma simples, mas não simplificada, como determinados debates estão inseridos no livro didático. Neste contexto, pensamos a temática indígena e afro-brasileira como importante nos livros didáticos de História, no que se refere a construção de um pensamento crítico sobre os povos originários, respeitando suas culturas e diversidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa iremos nos deter a uma breve análise dos livros de História dos anos iniciais adotados pelo município de Campina-Grande-PB nos anos de 2023 a 2026, sendo estes da coleção "A CONQUISTA" do Alfredo Boulos, da Editora FTD. Assim, debateremos brevemente sobre como os povos indígenas e afro-brasileiros estão sendo apresentados e discutidos nestas obras que são utilizadas como ferramentas pedagógicas dentro de sala das salas de aula.

O livro do 1º ano vem a trazer como discussões as concepções de si enquanto criança, abordando uma apresentação sobre quem somos, nossos nomes, de onde viemos, destacando que as diferenças existem. Logo após trás o debate sobre a criança nos tempos passado, presente e futuro, destacando suas relações com sua

família e comunidade, que usa como gancho para o próximo capítulo que vem a conversar sobre as concepções de famílias e suas convivências com o meio social.

Nos dois últimos capítulos são apresentados as discussões sobre os brinquedos e as formas de brincar, tanto no passado como no presente, neste capítulo em particular, destacamos que a segunda parte do capítulo é destinada principalmente para as brincadeiras dos povos indígenas e africanos.

O quarto e último capítulo vem a trazer como debate as questões envolta da vida em família e na escola, em que são dialogadas como as escolas são diferentes, destacando as escolas quilombolas e indígenas. Como podemos ver na imagem abaixo, percebemos a preocupação de através de uma fotografia, em que o livro didático nos apresenta uma família indígena, assim dialogando com os leitores sobre as questões em torno das famílias indígenas.

Figura 1: Família indígena



Fonte: Boulos (2021)

No livro do 2º ano nos é apresentado os temas em torno: das relações entre si e outro, percebendo este último enquanto diferente e tendo empatia pelo mesmo e principalmente a convivência respeitosa com outros grupos sociais, parecendo a rua enquanto espaço de sociabilidade, onde os povos indígenas e afro-brasileiros são apresentados e discutidos.

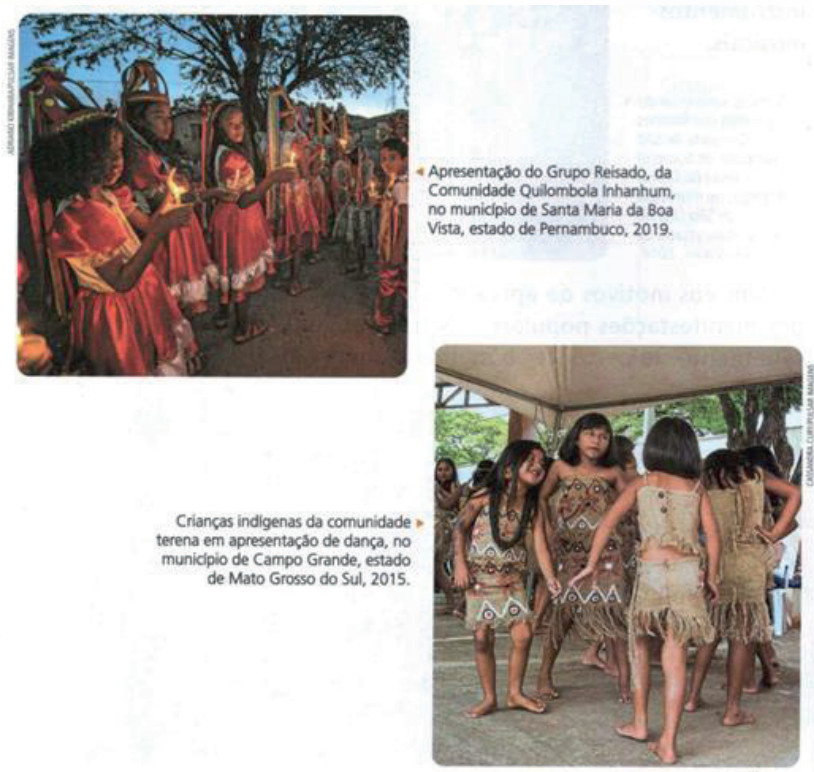
O segundo capítulo vem a abordar as questões de tempo através do calendário. No terceiro capítulo são debatidos como os demais objetos nos contam histórias e como os registros históricos são concebidos das formas, seja escrita,

oral, visual ou material em que destaca-se por fim a relação entre si na sociedade e a importância de documentos pessoais.

No último capítulo que é o quarto, as discussões se viram em torno do trabalho e meio ambiente, trazendo as definições de trabalho, tanto nas cidades como no campo, este último tendo uma maior discussão, o capítulo questões em torno das profissões, em que traz uma entrevista com um electricista, e por fim debate-se sobre os transportes e o meio ambiente.

Denota-se então que os povos indígenas e afro-brasileiros estão sendo representados em maior grau no primeiro capítulo que destaca as questões de sociabilidades, nas relações entre o eu e o outro, a empatia e convivência, ou seja conviver de forma respeitosa com o outro e perceber os diferentes grupos sociais, como mostramos na imagem abaixo.

Figura 2: Grupos sociais indígenas e quilombolas



Fonte: Boulos (2021)

No 3º ano, o livro didático de História vem a trazer como assuntos: as relações sobre as histórias de cidades brasileiras, tendo como pano de fundo o contexto da formação de uma cidade, em que podemos perceber em um dos tópicos o debate sobre a primeira capital do Brasil e a presença dos povos africanos nesta cidade, bem como São Paulo em um viés multicultural, denotamos assim que este livro já começa trazendo os discursos sobre os povos africanos através dos debates sobre cidades.

O segundo capítulo nos traz um debate sobre os patrimônios do Brasil enquanto lugares de memória, discutindo sobre os patrimônios naturais, a valorização das culturas indígenas e africanas, onde estes povos mais uma vez são priorizados em seus discursos e representações da sociedade brasileira, apresentando também centros culturais importantes.

Nos capítulos 3 e 4, se detém aos temas em torno das comunidades, onde se denota as percepções entre comunidades ricas e pobres e termina-se o terceiro capítulo com as relações entre espaço e poder, destacando os poderes políticos exercidos em um município, como os cargos de prefeito e vereador. No quarto capítulo que encerra as temáticas deste ano do fundamental I, temos como debate o mundo do trabalho e as diferentes formas de trabalhar, tanto na cidade como no campo, tendo como um dos tópicos os senhores de engenho e os escravizados na colônia portuguesa.

Compreendemos então que o livro didático de História do 3º ano do Ensino Fundamental I aborda as questões sobre os povos indígenas, africanos e afro-brasileiros os trazendo com representações que busque a diversidade e o respeito às diferenças, bem como as pluralidades existentes, como podemos perceber na imagem abaixo que nos é apresentado os patrimônios imateriais e o autor destaca como forma de exemplificar para os alunos, o samba de roda enquanto patrimônio imaterial.

Figura 3: Samba de roda enquanto patrimônio imaterial



Fonte: Boulos (2021)

O livro de História do 4º ano começa a trazer discussões em torno: do tempo, trazendo destaque aos algarismos romanos, como separamos a História entre antes e depois de Cristo e a linha do tempo e como é pensada, posteriormente este primeiro capítulo terminando trazendo como temática a vida nos primeiros tempos, como viviam os homens pré-históricos debatendo sobre a descoberta do fogo, caçadores e coletores e o começo da agricultura e sedentarização.

O livro didático de História do ensino médio surge assim como um aliado para pensar as relações socioculturais dos povos indígenas em sala de aula, tendo em vista que o debate em torno dos povos originários ainda apresenta alguns estereótipos e preconceitos, advindos de um histórico enraizado do discurso eurocêntrico que vem a trazer a invisibilização dos povos indígenas. No entanto, o livro didático como é uma ferramenta em sala de aula pode ser trabalhado no propósito de desconstrução de estereótipos. Assim, como dialoga, Silva (2014, p.7). “O livro didático enquanto construção social de discursos e imagens históricas carrega consigo uma gama de representações acerca das populações indígenas”.

A diversidade sociocultural dos Povos Indígenas precisa ser conhecida e respeitada. É uma luta constante por direitos adquiridos a partir de um ensino de

maneira adequada e respeitosa, com estudos dos Povos Indígenas em sua diversidade. Dessa maneira é interessante o profissional atualizar-se nos conhecimentos, para que a criança possa usufruir de uma educação, que tenha de fato uma educação intercultural e multicultural. Nesse sentido, (Candau, 2011, p.246), dialoga sobre educação intercultural.

A perspectiva intercultural também favorece o diálogo entre diversos saberes e conhecimentos. Convém ter presente que há autores que empregam estes termos como sinônimos, enquanto outros os diferenciam e problematizam a relação entre eles. O que chamamos conhecimentos estaria constituído por conceitos, idéias e reflexões sistemáticas que guardam vínculos com as diferentes ciências. Estes conhecimentos tendem a ser considerados universais e científicos, assim como a apresentar um caráter monocultural. Quanto aos saberes, são produções dos diferentes grupos socioculturais, estão referidos às suas práticas cotidianas, tradições e visões de mundo. São concebidos como particulares e assistemáticos. Considero que o mais relevante, deixando aberta esta discussão, é considerar a existência de diferentes saberes e conhecimentos e descartar qualquer tentativa de hierarquizá-los. Neste sentido, a perspectiva intercultural procura estimular o diálogo entre os diferentes saberes e conhecimentos, trabalha a tensão entre universalismo e relativismo no plano epistemológico e ético, assumindo as tensões e conflitos que emergem deste debate.

A Educação Intercultural visa no diálogo com a diversidade entre as culturas nas diferentes sociedades. Esse diálogo possibilita de inúmeras maneiras, uma delas é pelo livro didático, que se configura como importante ferramenta para o conhecimento e respeito à diversidade, e melhor, compreender que estamos inseridos neste contexto da ancestralidade, que solidifica pelas práticas culturais entrelaçadas em nosso cotidiano.

Nos capítulos 2, 3 e 4 verificamos intensas discussões sobre os povos indígenas, africanos e afro-brasileiros onde estes são representados inicialmente com debates sobre o continente africano e o povoamento da América, entendendo o presente e o passado nas questões das cidades e comunicações, posteriormente o livro se detém a formação do povo brasileiro sendo compostas por indígenas, portugueses e africanos, onde é mostrado as diferenças entre estes, principalmente as existentes entre os povos indígenas como também os povos africanos. Por fim, o livro destaca as questões sobre a abolição da escravatura e imigração.

Entendemos assim que o livro de História no 4º ano do Ensino Fundamental I prioriza e intensifica ainda mais as discussões sobre os povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, onde estes são representados em seus protagonismos sociais e suas diferenças culturais e a importância destes para a formação da sociedade brasileira, desde o passado da colonização, bem como um momento anterior a isto, onde dentre esses povos, existem diferenças, diversidades e identidades próprias e plurais dentre eles, como podemos observar na imagem abaixo.

Figura 4: Formação da sociedade brasileira e mulher indígena

FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A sociedade brasileira formou-se a partir do encontro, da interação e das trocas entre diversos povos, com destaque para os indígenas, europeus e africanos.

Como vimos, inicialmente, as terras onde hoje é o Brasil eram habitadas por povos indígenas que falavam diferentes línguas e tinham hábitos e costumes próprios.



▲ Mulher indígena do povo Yawalapiti.

Fonte: Boulos (2021)

No 5º ano do Ensino Fundamental I, os povos indígenas, africanos e afro-brasileiros já não tem tanto destaque como nos livros de História anteriores apresentados da coleção A Conquista do Alfredo Boulos, contudo estes povos ainda são representados e estão presentes neste livro didático de História, dos quais aborda os seguintes temas em seus capítulos: cultura, tempo e calendário discutindo sobre os primeiros povoadores da terra, suas religiões e culturas; as concepções de cidadania no passado e presente destacando o respeito à pluralidade e a diversidade aí que nos é mostrado os povos africanos e indígenas; as linguagens e debates e seus diferentes usos nas sociedades e por fim os patrimônios e marcos de memória.

Os povos afro-indígenas são abordados principalmente no que se diz respeito ao respeito às diferentes culturas existentes, sobre o tempo para os africanos; trajes e vestimentas culturais dentro dos patrimônios culturais; a Constituição de 1988 e

as resistências destes povos e lutas por garantia de direitos, principalmente no que tange aos povos indígenas e a garantia a posse de suas terras, como observamos na imagem abaixo que nos mostra indígenas presentes no Congresso Nacional na Assembleia Constituinte em 1988.

Figura 5: Indígenas na Assembleia Constituinte de 1988



Fonte: Boulos (2021)

Compreendemos portanto, que a coleção “A CONQUISTA” do Alfredo Boulos, da Editora FTD, que está sendo utilizado no Ensino Fundamental I, no município de Campina-Grande-PB entre os anos de 2023-2026 traz representações dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros buscando discutir nos anos iniciais, questões em torno da pluralidade, diversidade, empatia e respeito às diferenças nos seus demais âmbitos, principalmente o cultural e social, onde se dá destaque

principalmente na importância que estes povos tiveram para a formação da sociedade brasileira, tanto no passado como na atualidade.

Ao percebermos os povos indígenas enquanto seres do nosso folclore, com uma visão romantizada, denotamos a importância que o livro didático traz para a sala de aula ao debater sobre os povos indígenas nas escolas. A escolha do livro didático que cada escola adota, acaba sendo dos professores, segundo o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, onde muitos professores acabam inserindo o livro didático como recurso central das relações de aprendizagem, ao invés de percebê-lo enquanto um recurso complementar escolar. Então, nas seleções dos livros didáticos de História, devemos perceber a construção do livro didático e as linguagens empregadas em seus discursos. Como afirma (BITTENCOURT, 2004, p. 314).

Na elaboração do livro didático, cujos limites são evidentes, é preciso dar atenção aos conteúdos expressos. A escrita de um texto didático requer cuidados, por se tratar de uma produção de adultos destinada a um público de outra faixa etária e de outra geração. A terminologia empregada não pode ser complexa, mas requer precisão nas informações e nos conceitos. Da mesma forma, as explicações não podem ser extensas, devendo ser simples sem simplificar.

O livro didático, ao ser escolhido pelo professores, deve ser analisado os discursos que o mesmo está imbuído, seja nos discursos verbais e não verbais, escritos ou ilustrativos, onde sua escrita deve estar de forma onde os alunos e alunas possam entender, de forma simples, mas não simplificada, como determinados debates estão inseridos no livro didático. Neste contexto, pensamos a temática indígena como importante nos livros didáticos de História, no que se refere a construção de um pensamento crítico sobre os povos originários, respeitando suas culturas e diversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, destacamos a importância das lutas e resistências dos povos afro-indígenas para a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 para a obrigatoriedade da presença dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros dentro de sala de aula. E é neste ponto em que os livros didáticos de História surgem enquanto ferramentas pedagógicas que em muito contribuem para os processos de ensino e aprendizagem nas práticas educativas e discursos que são abordados sobre estes povos.

A coleção “A CONQUISTA” do Alfredo Boulos, da Editora FTD-2021 que analisamos que está sendo utilizado nos anos iniciais no município de Campina Grande na Paraíba nos mostra bem a importância que estas Leis têm para os povos afro-indígenas no que se refere à educação e principalmente como os livros didáticos de História estão se desenraizando de concepções estereotipadas e preconceituosas ao trazer as discussões e representações destes povos.

Dessa forma, o papel preponderante que o livro didático corrobora para os estudos com os aspectos positivos a respeito da luta dos povos indígenas para que seus saberes, conhecimentos, culturas e diversidades sejam percebidas no cotidiano do contexto escolar, onde o livro didático de História passa a ser utilizado não mais enquanto ferramenta de um discurso preconceituoso, mas agora vem a ser um mecanismo que potencialize os processos de ensino-aprendizagem escolar de forma diversa.

A legislação 11.645/2008 permite os estudos da história e cultura africana negro-brasileira e indígenas dentro das ambiências escolares para o combate do racismo, preconceito e discriminação desde a mais tenra idade, para criança conheça a historização com vivências nas narrativas e estudos a partir do livro didático das culturas Afro-Indígenas.

O livro didático de história nas séries iniciais apresenta-se como importante ferramenta didática para desconstrução de estereótipos enraizados na sociedade de uma educação eurocêntrica, em combate ao preconceito, discriminação e toda forma de racismo que permeia os âmbitos sociais, contribuindo com caráter preponderante para enveredar de uma educação humanitária e democrática.

A História e Cultura afro-brasileira e indígena se faz presente na sociedade em suas diferentes facetas, seja no campo ou cidade, na comunidade quilombola ou indígena. As nossas raízes identitárias estão cravadas em nossa ancestralidade, e experienciadas diariamente através dos costumes, crenças e valores, ou seja, cultura e história vivas. Para tanto, a necessidade de CONHECIMENTO da ancestralidade Afro-indígena em nosso experienciar diário possibilita uma descolonização das mentes, rumo à evocação das raízes ancestrais.

Para tanto, que cada professor/ busque em seu contexto escolar oferecer através de práticas de uma educação antirracista e inclusiva, de (re) conhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural que a nação brasileira é composta, principalmente, dos povos Originários e Afro-brasileiros que construíram o país e que por muito tempo foram invisibilizados historicamente na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única** / Chimamanda Ngozi Adichie ; tradução Julia Romeu. – 1a ed. – São Paulo: Com panhia das Letras, 2019.

BRASIL. **LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.** Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

_____. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 06 de outubro de 2023.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **DIFERENÇAS CULTURAIS, COTIDIANO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.** Revista Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011. ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

JUNIOR. Alfredo Boulos. **A conquista História 01.** Ensino Fundamental-Séries Iniciais. PNLD: 2023 FNDE-Ministério da Educação. Editora: FTD, 2023. V.01.

_____. Alfredo Boulos. **A conquista História 02.** Ensino Fundamental-Séries Iniciais. PNLD: 2023 FNDE-Ministério da Educação. Editora: FTD, 2023. V.02.

_____. Alfredo Boulos. **A conquista História 03**. Ensino Fundamental-Séries Iniciais. PNLD: 2023 FNDE-Ministério da Educação. Editora: FTD, 2023. V.03.

_____. Alfredo Boulos. **A conquista História 04**. Ensino Fundamental-Séries Iniciais. PNLD: 2023 FNDE-Ministério da Educação. Editora: FTD, 2023. V.04.

_____. Alfredo Boulos. **A conquista História 05**. Ensino Fundamental-Séries Iniciais. PNLD: 2023 FNDE-Ministério da Educação. Editora: FTD, 2023. V.05.

LIMA, Nathalia Diorgenes Ferreira. Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro. Revista Katályses. v. 25 n. 2 (2022): **Serviço Social, Racismo e Classes Sociais**. P. 242-251, maio-agosto.2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84646>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

SILVA, Edson Hely. Sociodiversidades indígenas: desafios do tempo presente para o ensino em História. Sæculum–**Revista de História**, v. 26, n. 45, p. 203-215, 2021.